

# O "lobby" do Cimi na Constituinte

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

O vice-presidente da Comissão Mista Parlamentar de Inquérito sobre a questão indígena, deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE), denunciou ontem, em entrevista exclusiva a O Estado, que o clima na comissão é o de tentar levar ao público a impressão de que as notícias publicadas por este jornal não

têm base na verdade. "E isso só poder uma razão: a divulgação ampla da decisão da comissão para influenciar decisivamente na Comissão de Sistematização da Constituinte no momento em que ela votar o capítulo do texto da futura Constituição que se refere especificamente aos índios." A manobra da metade esquerdista da comissão baseia-se na falsa presunção de

que o perito Antônio Carlos Villanova teria considerado "falsos" os documentos apresentados pelo jornal como prova das denúncias que fez. O deputado Fiúza relaciona uma série de fatos que comprovam tais denúncias, sem a necessidade de apelar para os documentos, e condena as pressões feitas por entidades como o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) sobre

agências financiadoras de projetos de desenvolvimento, para que só repassem recursos para tais projetos quando atendidas algumas premissas ecológicas e antropológicas. Na Constituinte, segundo Fiúza, a tática do Cimi e da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) é utilizar simpatizantes, como o senador Severo Gomes, membro da CMPI.

## "Eles querem influir na Sistematização"

Que motivos, a seu juízo, levam metade da Comissão Mista Parlamentar de Inquérito, criada para apurar as atividades do Cimi junto aos índios, a querer encerrar imediatamente suas atividades?

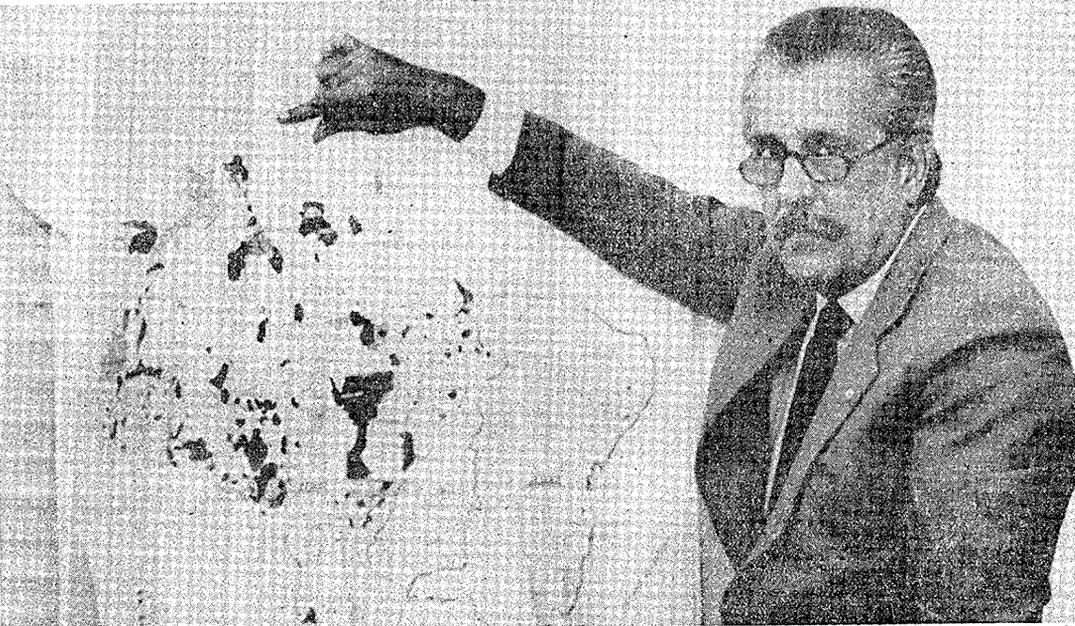
Quem assistiu às reuniões da CMPI, principalmente as duas últimas, nas quais um grupo de esquerda, montado e disposto, tentou encerrar os trabalhos, com base no relatório apresentado pelo senador Luciano Filho, sabe que há, de fato, um clima. Este clima me autoriza a imaginar que se pretende tornar público que as denúncias feitas pelo jornal O Estado de S. Paulo não têm base na verdade. E isso só pode ter uma razão: a divulgação ampla da decisão da comissão para influenciar decisivamente a Comissão de Sistematização da Constituinte no momento em que ela votar o capítulo do texto da futura Constituição que se refere especificamente aos índios. Isso não é uma hipótese. Principalmente porque os argumentos, inclusive os usados pelo relator, para o encerramento da CPI se fundamentam principalmente no depoimento do perito Antônio Carlos Villanova, na segunda reunião da comissão. Ora, apesar de todos os discursos feitos em homenagem à idoneidade do perito exercitando a pretensa falsidade dos documentos, o perito não disse que a documentação apresentada como prova não é verdadeira. Ele apenas declarou que não havia examinado um determinado documento que lhe havia sido apresentado pelo senador Severo Gomes. Evidentemente, considerar uma declaração dessas como prova inequívoca de falsificação é um exagero. Além disso, não creio que, se ele tivesse declarado falsos os documentos, nos quais o jornal baseou a denúncia, houvesse motivo suficiente para encerrar os trabalhos da comissão. Afinal, ela não foi criada para periciar, mas para apurar fatos denunciados em tais documentos. Até agora não apuramos absolutamente nada.

O senhor acha, então, que os documentos não são importantes? De jeito nenhum. Acontece que os documentos, se legítimos, não representam mais do que alguns elementos para compor o quadro. O relevante mesmo é a concatenação dos fatos, as coincidências patentes, as denúncias feitas, não só no Estado, mas também em outros jornais, pronunciamentos de deputados e o lobby enorme da causa dita indígena. Só isso já basta para justificar a existência e o trabalho da comissão e até a ida de seus membros aos locais originários das denúncias, como, aliás, propôs o deputado Lysiane Maciel (PDT-RJ). A causa do índio brasileiro é nobre demais para ser resolvida em conclusões apressadas ou servir de instrumento a outras causas, sejam elas legítimas ou não.

A questão fundamental nas denúncias é a internacionalização da Amazônia. O que o senhor acha disso?

Eis um bom exemplo. Não é preciso dispor de nenhum documento para se conhecer a posição internacionalizante do Cimi a respeito da Amazônia. Neste caso específico, o Cimi é coerente com a posição do presidente da CNBB, d. Luciano Mendes de Almeida, que declarou não ser a Amazônia patrimônio do Brasil, mas da humanidade. E não é preciso dispor de documentos para saber que o Cimi saiu das fronteiras do Brasil, criando estranhamente uma questão internacional. Basta ler os jornais de fora, como El Nacional, de Caracas, para saber disso. Esta posição é perfeitamente coerente com o documento "Diretriz Brasil n.º 4 - Ano 06 Exposição 09/87", na qual o sr. Antônio Brand afirma: "Motivações sociais, econômicas, políticas e ideológicas integram-se para preservar a Amazônia como patrimônio da humanidade".

Que consequências nefastas isso traz aos interesses nacionais? Há graves consequências para a soberania nacional, pois muitas das



Fiúza denuncia que querem acabar logo com a CMPI para influir na votação da Comissão de Sistematização do artigo sobre o índio

entidades internacionais, citadas pelo sr. Brand na tal "Diretriz Brasil", pressionam diretamente órgãos financiadores de projetos de desenvolvimento, como o Bird e o BID, no sentido de vincularem a liberação de recursos a providências de caráter ecológico ou antropológico. Já por duas vezes, para dar um exemplo, o Polonocross, financiado pelo Bird, teve desembolsos suspensos por questões ambientalistas. Além disso, a agência financiadora está cada vez mais cautelosa e intransigente quanto ao financiamento de projetos em cujas áreas existam comunidades indígenas. Nos contratos do setor elétrico, as exigências do Banco Mundial têm sido até exorbitantes. As exigências contratuais praticamente impostas no Brasil são ingerências intoleráveis em nossos assuntos internos. Exige-se, por exemplo, a publicação no Diário Oficial da União de decretos estabelecendo áreas indígenas protegidas por convênios entre órgãos governamentais brasileiros. Obriga-se a Funal a demarcar áreas indígenas em cronogramas detalhados. Nesses contratos, chega-se a detalhes surpreendentes. O Brasil tem de aceitar investidores não nacionais para verificar se as exigências foram cumpridas. E as exigências são: fim de conflitos entre índios e não índios em determinadas áreas indígenas, retirada de invasores de áreas indígenas, reassentamento de colonos que vivem em áreas de índios, estrutura administrativa própria para controle ambiental atribuindo-se a determinado órgão a coordenação, e muitas outras, esmiuçadas, detalhadas e que se pode aceitar, isso passivamente. Não, deputados, principalmente, temos a obrigação de esgotar todos os recursos na defesa e na preservação do território nacional e das pessoas que o habitam.

Mas o que os missionários têm a ver com isso?

O missionário Egidio Schwade, que foi expulso do Brasil, pregava o ódio aos índios waimiri-aurari, numa "sardinha de trabalho" em que se estimulava até "matar a Funal". Esses ensinamentos são elogiados por Antônio Brand na carta enviada a G. Loebens, na qual ele lamenta: "O Egidio foi muito rápido, teria que ter tido mais paciência". A Misereor alemã mandou 22 mil marcos para financiar a pregação do ódio feita por Schwade. A sugestão de emenda constitucional dos austríacos, aliás, reduziu num auxílio de 10 mil dólares, mas a ajuda mais nociva aos interesses nacionais veio mesmo foi dos Tin Brothers (irmãos do estanho), países alarmados com a produção brasileira de estanho (basta ler o documento da 50ª sessão do Comitê Executivo da Conferência de ministros desses países). Mas, além da ação externa, há também a interna. O Cimi e a CNBB trabalham sistematicamente contra a chegada do progresso às regiões amazônicas e esta é a razão de crítica permanente ao projeto Caixa Norte, de ocupação de fronteiras pelas Forças Armadas.

Mas essa crítica deputado, pode ser legítima, não?

Claro. A questão são os problemas criados às autoridades brasileiras, que enfrentam pressões internacionais com o fim específico de criar obstáculos a seus projetos. A Petrobras, a Elf-Aquitaine e a Companhia Brasileira de Geofísica tiveram de parar seus trabalhos de prospecção geofísica e geotérmica na área dos índios andaráis e maratóis, no Amazonas e no Pará, acusadas de depredação do meio ambiente. O mesmo aconteceu no Vale do Javari. Foram criados problemas para o fornecimento de turbinas francesas à Eletrobrás. Foi revista a área de alargamento da barragem de Balbina, por diminuição de uma reserva indígena. Tentou-se impedir os trabalhos da

mineradora Paranapanema, com base no argumento de que a presença dos operários disseminava mortes e epidemias na comunidade waimiri-aurari. Há manobras nas relações internacionais e são publicados artigos na imprensa estrangeira, além de espalharem pedidos para abalxastados, no sentido de reivindicar a revogação do Código Civil (no que tange à responsabilidade e à capacidade jurídica do índio) e do Estatuto do Índio. Esses fatos confirmam plenamente e até dão dimensão maior às denúncias do Estado. Da mesma forma, a questão da expansão das terras indígenas.

Tem sido grande esta expansão? Não se trata apenas de uma questão de grandezas. Há aqui uma coincidência notável: o crescimento e ampliação das áreas indígenas po-



Roque de Sá

"A causa do índio é nobre demais para ser resolvida em conclusões apressadas ou servir de instrumento a outras"

de ser definido como um processo vertiginoso, justamente a partir de 1981, quando foram editadas as "Diretrizes Brasil n.º 4 - Ano 0" do tal Conselho Mundial de Igrejas Cristãs. Naquela época, a ação do Cimi ficou evidente: em vários processos da Funal, percebe-se claramente a atuação dos missionários, impondo às lideranças indígenas a delimitação de áreas de reservas. A tática mais usada para se criar ou ampliar uma área indígena é a "pulverização". Divide-se, por exemplo, uma aldeia de 200 índios em cinco grupos de 40 índios e tais grupos são espalhados em toda a superfície do terreno que se quer demarcar. Isso acontece porque a área é rica em minérios, porque já tem fazendas formadas ou porque há cobra na extração de madeira (algumas têm serraria instalada), mas há até casos em que as motivações são interesses pessoais de algumas lideranças. O cacique Pombó, do grupo Kalapó, quer ampliar sua área indígena na direção norte para presentear a uma amante chamada Nenem, que vive em São Félix do Xingu, no Pará. O balano João Lima, que não é índio, vive com uma índia Curupá Xipala e está instalado na área às margens do rio Curupá. O Cimi exigiu a demarcação de uma área indígena, já constante nos mapas da Funal, com 13 mil hectares, superposta a três alvarás de pesquisa. Lá, segundo consta, há ouro. No documento que apresentei à CPI, na última reunião, anexei uma tabela, em que se evidencia o absurdo das propostas

do Cimi na ampliação de áreas indígenas.

Esta questão também está presente na Constituinte, não é verdade?

O Cimi tenta claramente formar "líderes nacionais" entre os índios que controla, e o exemplo mais típico ocorreu com o happening do índio Ailton Krenak, que se pintou na tribuna do plenário da Constituinte, na defesa de uma emenda popular. E também diretriz do Cimi buscar simpatizantes à sua causa entre pessoas lústras e destacadas, e o exemplo mais notório é o do senador Severo Gomes, que é meu colega na CPI. Não tenho medo de dizer que há simpatizantes em todos os órgãos governamentais e são eles que, por ações ou omissões, dificultam o cumprimento da política indigenista brasileira.

Por que isso não acontece? O problema é que, por pressão de grupos atuantes, como, por exemplo o Cimi, o protecionismo transformou-se em paternalismo, causa principal dos entraves à solução dos problemas existentes. Em vez de se transferir o progresso para a etnia indígena, protela-se esse benefício, sob a alegação de que os padrões da sociedade nacional não são bons para esses brasileiros. Não se justifica discriminar o índio, legítima-se apenas dar-lhe um tratamento protetor, considerando a diferença cultural em relação à sociedade envolvente.

Até que ponto o senhor acha que pode chegar essa defesa, essa proteção do índio pela legislação?

Se eu fosse capaz de responder a esta pergunta, seria capaz de destair este nó. A questão é terrível: pode o Estado garantir ao índio mais do que garante ao cidadão comum? Se se encara a questão com realismo, percebe-se que os índios são 0,15% da população brasileira, mas a questão indígena tem uma repercussão muito maior do que representa seu contingente. O problema está em não se encarar com realismo a situação dos indígenas em seus variados estágios de aculturação e em não se atiar com decisão e firmeza para a incorporação dessas minorias, um fato sociológico inevitável, bastando-se observar a adaptação já existente nas áreas mais desenvolvidas do território nacional, onde não se distinguem mais o índio do caboclo. O índio nasceu em território nacional, é o brasileiro nato e todos os brasileiros são iguais perante a lei. Os índios possuem o solo das reservas, mas a propriedade do subsolo é distinta da propriedade do solo. Como os silvicultivos são considerados incapazes, a tutela da União sobre eles é exercida por meio da Funal. A expansão da fronteira econômica é inevitável e necessária ao desenvolvimento do País. O desenvolvimento econômico é fundamental para o relacionamento internacional do País e para atender aos anseios da sociedade nacional. A consequência natural do contato entre índios e brancos é a integração mediante a adoção da cultura do grupo mais forte, mas não pode haver integração do índio sem que se aceite o ajustamento de sua cultura à da sociedade externa.

E quanto à reivindicação de mais terras para os índios? Os índios, que são 0,15% da população nacional, têm pretensões a terras que representam 13,8% do território nacional. A demarcação das terras indígenas é urgente e necessária. Sua importância é indiscutível, porque só assim será assegurada a sobrevivência dos indígenas e erguida uma barreira legal às pressões do avanço da fronteira econômica. Mas esse dimensionamento não pode ignorar os interesses nacionais e os direitos da sociedade como um todo. A coisa se complica porque o quadro fundiário brasileiro é confuso e complexo.

Para complicar ainda mais, a problemática indigenista transcende as fronteiras do País e sofre agora ingerência internacional. Tal como se coloca, a questão traz implicações políticas, entrava o desenvolvimento

econômico, intranquila a área social e ameaça a segurança do País. Para agravar o quadro, o governo não tem uma política decidida a respeito do assunto e essa decisão provoca questões paralelas da maior importância, como é a da exploração dos minérios em áreas de índios. Ai é que está o busili: não se encara com realismo a situação dos índios e não se atua com decisão e firmeza na incorporação desses brasileiros à sociedade nacional.

E o que tem a ver o interesse estrangeiro com isso?

O interesse estrangeiro na Amazônia manifesta-se, há muito tempo, em termos econômicos e na área antropológica. Esses interesses atuam em duas vertentes: uma, mais numerosa, dentro do território nacional; outra, mais insidiosa, exerce, no estrangeiro, dupla função: é a fonte geradora e a caixa de ressonância da outra. Em ambas atuam brasileiros e estrangeiros. A influência é exercida sob a forma de cooperação técnica e científica, normalmente com instituições governamentais, não exercendo aparentemente pressão. Há uma mais intensa de recursos gerados na problemática indígena e nas questões ecológicas. Volta-se, fundamentalmente, contra os projetos nacionais de desenvolvimento na região. As missões religiosas de origem estrangeira, predominantemente as evangélicas, exercem um papel importante nesse esquema. Essas organizações sobrevivem graças ao auxílio que recebem sob a forma de doativos das igrejas mantenedoras. De particulares e de recursos gerados por exploração de atividades econômicas. Coincidentemente ou não, os religiosos estrangeiros, evangélicos ou católicos, fazem-se presentes e atuam muito em áreas de garimpo e também nas zonas onde mais acontecem conflitos de posse da terra. Há evidências de que se exerce uma pressão externa, em conluio com brasileiros, contra diretrizes da política indigenista e as finalidades da Funal. Há entidades que influem junto a agências de financiamento de projetos de desenvolvimento, pressionando para que se vincule a liberação de recursos ao apoio a nações indígenas. Há também pressões mais fortes considerando certas áreas indígenas como se pudessem formar um território negado ao Brasil, primeiro passo para a internacionalização da Amazônia. Devo insistir em que a situação dessas organizações é cada dia mais audaciosa e só a audácia extrema pode explicar a pretensão da "comissão para a Criação do Parque Yanomani" (CCPY), apoiada em teses de missões religiosas de origem francesa, norte-americana e holandesa, que têm o fim específico de internacionalizar parte do território nacional.

Mas o senhor acha que isso pode ter sucesso?

Não sei. Mas tenho certeza de que as pressões de países, organizações e instituições estrangeiras sobre a Amazônia ficarão cada vez mais fortes, na razão direta da falta de vontade dos brasileiros de ocupar e explorar a Amazônia. Será cada vez mais difícil reagir às tentativas de se transformar a Hilela em "patrimônio da humanidade". E preciso manter atenção permanente para um eventual recrudescimento das investidas internacionais, que, pela manipulação da opinião pública mundial e uso de organismos supranacionais, poderão inviabilizar o esforço nacional na preservação e manutenção da área, encorajando a campanha de internacionalização. É bom reafirmar que não estou alinhavando versões nem discutindo a legitimidade de documentos. Estou analisando fatos que têm muito a ver com a CPI, cujo propósito maior é defender a soberania nacional. Por isso, tenho insistido, na comissão, em ouvir todos quantos possam ajudar na apuração desses fatos, para que a Nação fique sabendo da verdade. O encerramento de uma comissão como esta pode macular definitivamente a imagem do Congresso. Por isso, não acredito que quinta-feira a maioria dos membros da comissão vote por seu encerramento.

que o perito Antônio Carlos Villanova teria considerado "falsos" os documentos apresentados pelo jornal como prova das denúncias que fez. O deputado Fiúza relaciona uma série de fatos que comprovam tais denúncias, sem a necessidade de apelar para os documentos, e condena as pressões feitas por entidades como o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) sobre

agências financiadoras de projetos de desenvolvimento, para que só repassem recursos para tais projetos quando atendidas algumas premissas ecológicas e antropológicas. Na Constituinte, segundo Fiúza, a tática do Cimi e da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) é utilizar simpatizantes, como o senador Severo Gomes, membro da CMPI.

que o perito Antônio Carlos Villanova teria considerado "falsos" os documentos apresentados pelo jornal como prova das denúncias que fez. O deputado Fiúza relaciona uma série de fatos que comprovam tais denúncias, sem a necessidade de apelar para os documentos, e condena as pressões feitas por entidades como o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) sobre

agências financiadoras de projetos de desenvolvimento, para que só repassem recursos para tais projetos quando atendidas algumas premissas ecológicas e antropológicas. Na Constituinte, segundo Fiúza, a tática do Cimi e da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) é utilizar simpatizantes, como o senador Severo Gomes, membro da CMPI.

que o perito Antônio Carlos Villanova teria considerado "falsos" os documentos apresentados pelo jornal como prova das denúncias que fez. O deputado Fiúza relaciona uma série de fatos que comprovam tais denúncias, sem a necessidade de apelar para os documentos, e condena as pressões feitas por entidades como o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) sobre

agências financiadoras de projetos de desenvolvimento, para que só repassem recursos para tais projetos quando atendidas algumas premissas ecológicas e antropológicas. Na Constituinte, segundo Fiúza, a tática do Cimi e da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) é utilizar simpatizantes, como o senador Severo Gomes, membro da CMPI.

que o perito Antônio Carlos Villanova teria considerado "falsos" os documentos apresentados pelo jornal como prova das denúncias que fez. O deputado Fiúza relaciona uma série de fatos que comprovam tais denúncias, sem a necessidade de apelar para os documentos, e condena as pressões feitas por entidades como o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) sobre



Roque de Sá

"Os simpatizantes do Cimi em todos os órgãos do governo dificultam o cumprimento da política indigenista brasileira"



Roque de Sá

"A comissão não foi criada para periciar documentos, mas para apurar fatos. Até agora não apuramos nada"